

PROCESSO Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

CONTRATO Nº [•]/[•]

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO

ANEXO J – REGULAMENTO DA CONCESSÃO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]/[•]

SÃO PAULO

PROCESSO Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

CAPÍTULO I

Do Objetivo

Artigo 1º - Este regulamento tem por objetivo disciplinar a concessão administrativa para a execução dos serviços de desassoreamento dos Rios Tietê e Pinheiros, incluindo a dragagem e destinação final de sedimentos, a remoção e destinação final dos resíduos sólidos e vegetação flutuante, a operação e manutenção das estruturas hidráulicas e a implantação e manutenção do paisagismo das margens.

CAPÍTULO II

Da Concessão

Artigo 2º - O objeto da concessão compreende desassoreamento dos Rios Pinheiros e Tietê, recuperação e paisagismo das margens, bem como outras atividades correlatas, nos termos do contrato de concessão e de seus anexos.

Artigo 4º - O prazo da concessão será de 15 (quinze) anos, contado na forma prevista no contrato de concessão.

CAPÍTULO III

Dos Serviços Previstos

Artigo 5º - A prestação dos serviços delegados inclui, entre outros estabelecidos nos anexos que acompanham o edital de licitação:

- I. o desassoreamento dos Rios Tietê e Pinheiros;
- II. dragagem e destinação final de sedimentos;

PROCESSO Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

- III. remoção e destinação final dos resíduos sólidos e vegetação flutuante;
- IV. operação e manutenção de estruturas hidráulicas; e
- V. paisagismo das margens.

VI. CAPÍTULO IV

Dos Direitos e das Obrigações da Concessionária

Artigo 6º - São direitos e obrigações da concessionária, durante todo o prazo de concessão, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação pertinente:

- I. prestar os serviços de forma adequada, com continuidade, regularidade, adequação, segurança e atualidade, durante todo o período da concessão, cumprindo e fazendo cumprir integralmente o contrato e seus anexos, em conformidade com as disposições legais, regulamentares e com as determinações do Poder Concedente e da ARSESP;
- II. realizar, por vias próprias, mediante subcontratação, ou outras formas de terceirização ou contratação admitidas na legislação, especialmente no disposto no artigo 25 da Lei Federal nº 8.987/1995, a implantação da infraestrutura necessária e a prestação dos serviços;
- III. obter, tempestiva e regularmente, manter e renovar todas as licenças, alvarás, autorizações, permissões, dentre outras exigências necessárias, atendendo às exigências feitas pelos órgãos competentes, incluindo as relacionadas ao atendimento da legislação ambiental;
- IV. disponibilizar, para acervo do Poder Concedente e da ARSESP, todos os projetos, batimetrias, informações e outros documentos, de qualquer natureza, que se revelem necessários ao desempenho do objeto do contrato, e que tenham sido especificamente

PROCESSO Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

- adquiridos ou criados no desenvolvimento das atividades objeto da concessão;
- V. dispor de recursos materiais e humanos necessários em quantidade suficiente e qualificação adequada para a correta prestação dos serviços;
 - VI. cumprir e garantir que seus funcionários atendam a todas as determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se, como única empregadora, por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão de obra empregada nas atividades de operação e de manutenção, além das demais praticadas em razão da concessão;
 - VII. reportar por escrito ao Poder Concedente e à ARSESP a ocorrência de evento que impacte a prestação dos serviços, bem como qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verifiquem na área da concessão; e
 - VIII. cooperar e apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e de fiscalização do Poder Concedente e da ARSESP.

CAPÍTULO V

Dos Direitos e das Obrigações do Poder Concedente

Artigo 7º - Incumbe ao Poder Concedente, dentre outros direitos e obrigações previstos no contrato:

- I. enviar, ressalvada a responsabilidade exclusiva da concessionária, seus melhores esforços para colaborar com a obtenção das licenças e autorizações necessárias à concessionária, para que essa possa cumprir com o objeto do contrato, inclusive prestando o apoio institucional eventualmente necessário;

PROCESSO Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

- II. assegurar os pagamentos da contraprestação pública e dos aportes devidos à concessionária, com os devidos reajustes, nos termos previstos no contrato;
- III. providenciar as declarações de utilidade pública necessárias para execução do contrato para que a concessionária conduza as desapropriações das áreas necessárias à realização dos serviços, se for o caso;
- IV. intervir na prestação dos serviços, retomá-lo e extinguir a concessão, nos casos e nas condições previstas neste contrato e na legislação pertinente;
- V. permitir à concessionária o acesso a todos os locais, dependências e equipamentos da área da concessão necessários ao cumprimento das suas obrigações; e
- VI. emitir a ordem de início, após a satisfação das condições de eficácia previstas no contrato.

CAPÍTULO VII

Da Fiscalização dos Serviços Concedidos, do Poder de Polícia Administrativa e das Penalidades

Artigo 8º - A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP atuará, na forma prevista no contrato, no acompanhamento da concessão e na fiscalização dos serviços concedidos.

§ 1º - Caberá à ARSESP supervisionar e acompanhar as atividades relativas à prestação dos serviços, a fim de garantir o adequado cumprimento do contrato de concessão, incluindo as seguintes atribuições:

1. acompanhar:

PROCESSO Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

- a) a execução das atividades desempenhadas no âmbito da concessão;
 - b) a entrega de informações a serem prestadas pela concessionária, conforme exigências do contrato de concessão e respectivos anexos;
 - c) a mensuração dos indicadores de desempenho realizada pelo verificador independente, bem como a situação econômico-financeira da concessionária;
- 2. fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais;
 - 3. proceder, motivadamente, com a aplicação das penalidades previstas no contrato de concessão e respectivos anexos.

§ 2º - No exercício da atividade de fiscalização, o Poder Concedente, a ARSESP e o verificador independente terão acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária, inclusive por via eletrônica e em tempo real.

Artigo 9º - Estão sujeitos à fiscalização e monitoramento todos os serviços de que trata este regulamento.

§ 1º - A fiscalização e monitoramento a que aludem o "caput" deste artigo considerarão os fatores de avaliação de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, segurança e cortesia, nos termos da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 2º - Os fatores a que se refere o §1º serão aferidos a partir dos parâmetros definidos nos anexos do contrato.

CAPÍTULO VIII

PROCESSO Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

Das Receitas

Artigo 10 - Constituem fontes de receita da concessionária, a serem auferidas nos termos do contrato de concessão:

- I. contraprestação pública mensal, paga pelo Poder Concedente;
- II. rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro;
- III. receitas acessórias obtidas em conformidade com a disciplina contratual; e
- IV. outras receitas previstas no edital e no contrato respectivo, ou que venham a ser regulamentadas pelo Poder Concedente ou, ainda, propostas pela concessionária e previamente autorizadas pelo Poder Concedente, observado o compartilhamento previsto no contrato.

Parágrafo único - A Concessionária receberá do Poder Concedente, em função dos investimentos efetivamente realizados, aporte de recursos na forma do artigo 6º, §2º, da Lei federal nº 11.079/2004, na forma disciplinada no contrato.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Artigo 11 - Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão administrativa, transferidos à concessionária ou por ela implantados, na forma prevista em lei e no contrato.

Parágrafo único - Com o advento do termo final do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios a que se refere o "caput" deste artigo poderão ser transferidos à concessionária que eventualmente assuma a prestação dos serviços de que trata

PROCESSO Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

este regulamento, observados os trâmites, prazos, formalidades e obrigações estabelecidos no contrato.

Artigo 12 - Nos termos das normas de organização administrativa vigentes do Estado de São Paulo, poderão ser expedidas normas complementares necessárias à execução deste regulamento.